

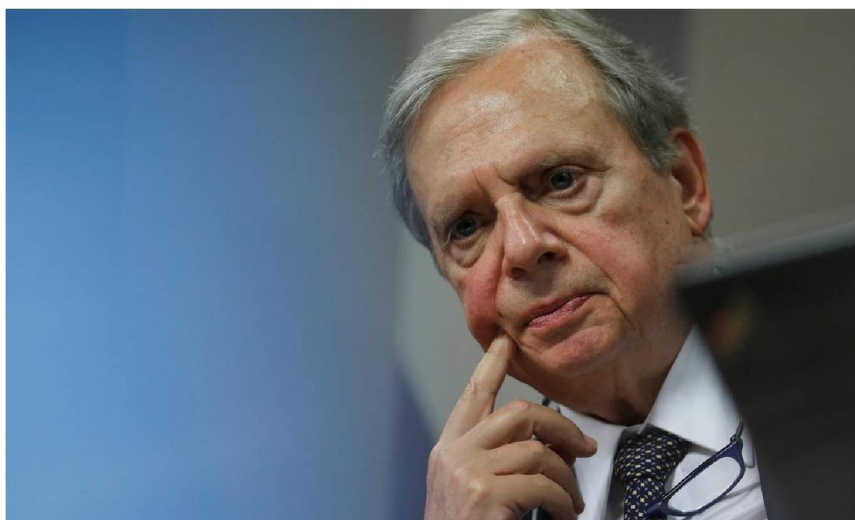
Veículo: O Globo	Online
Data: 19/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Previdência: Relator mantém gratificações na aposentadoria de servidores

Tasso Jereissati cede à pressão e inclui benefício na última versão do relatório foi lido na CCJ do Senado nesta quinta-feira

Geralda Doca 19/09/2019 - 11:02 / Atualizado em 19/09/2019 - 11:23



Senador Tasso Jereissati, relator da reforma da Previdência na CCJ do Senado Foto: Adriano Machado / Reuters

BRASÍLIA - Apesar de ter rejeitado as emendas para modificar a **reforma da Previdência** com potencial para desidratar a proposta, o relator **Tasso Jereissati (PSDB-CE)** cedeu à **pressão de servidores** e suprimiu do texto um ponto que trata da **incorporação das gratificações** variáveis (produtividade, desempenho e decorrentes de cursos de especialização) no cálculo da aposentadoria. O

projeto enviado pelo governo e aprovado pela Câmara dos Deputados exigia que o valor dessas gratificações fosse computado no valor do benefício, considerando a média do tempo em que elas foram auferidas e não sua integralidade. A medida beneficia principalmente servidores de estados e municípios, mas abrange também funcionários públicos da União, como técnicos legislativos e auditores do INSS, por exemplo.

Na última versão do relatório, apresentada à **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, Tasso optou por incluir a parte das gratificações na chamada PEC paralela (Proposta de Emenda à Constituição), que foi desmembrada da reforma com objetivo de incluir estados e municípios nas novas regras de aposentadoria e que ainda vai tramitar no Congresso. Com isso, todos os servidores continuarão podendo incorporar as vantagens variáveis no valor da aposentadoria, ainda que elas tenham sido concedidas só nos últimos anos.

No parecer, Tasso alegou que a medida é relevante para servidores estaduais ou municipais que "estavam tendo tratamento não isonômico em relação às carreiras". Ele alegou ainda que o efeito é nulo para a União.

No entanto, essa não é a avaliação de técnicos da equipe econômica. Na prática, o Senado está devolvendo para determinadas categorias alguns privilégios que a Câmara tinha retirado, explicou uma fonte.

O senador fez a leitura do parecer na CCJ, nesta quinta-feira. Houve pedido de vista coletiva e o relatório será votado pelo colegiado na próxima terça-feira, quando o governo deverá aproveitar para tentar derrubar a modificação feita pelo relator na parte do texto que trata da incorporação das gratificações.

Para derrubar um dos argumentos de que a proposta terá que retornar à

Câmara dos Deputados, Tasso fez uma alteração de redação sobre o ponto que trata da criação de uma alíquota de contribuição mais baixa para os trabalhadores informais. Ele substituiu os termos "os que se encontram em situação de informalidade" para "trabalhadores de baixa renda" na parte do texto que fala da criação de uma alíquota de contribuição mais baixa para esses trabalhadores.

Técnicos do Congresso e parlamentares alertaram que o relator havia feito alterações de mérito, o que extrapolaria o papel do Senado como Casa revisora. Na nova versão do parecer, Tasso argumenta que o ajuste de redação elimina a dúvida de que se trata de um grupo adicional porque já existe um sistema especial de inclusão previdenciária.

Tasso decidiu não rever outro ponto da primeira versão do relatório que deixa dúvidas se a reforma terá que voltar para a Câmara. Trata-se da supressão da expressão "no âmbito da União", o que abriria margem para que estados e municípios criem alíquotas extraordinárias de seus servidores para cobrir o rombo dos regimes próprios de previdência.

Os técnicos argumentam que esses entes ficaram de fora do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o que caracterizaria mudança de mérito. A solução deverá ser tomada durante a votação da reforma no plenário, quando a base do governo deverá apresentar um destaque para incluir esse ponto na PEC paralela.

Veículo: O Globo	Online
Data: 19/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Previdência: Tasso rejeita todas as emendas ao texto da reforma na CCJ do Senado

Relator faz nesta quinta-feira leitura do parecer final

Geralda Doça

19/09/2019 - 04:30 / Atualizado em 19/09/2019 - 08:05



Reforma da Previdência: parecer final de Tasso Jereissati deve ser lido nesta quinta-feira na CCJ do Senado Foto: Márcio Alves-Agência O Globo

PUBLICIDADE

BRASÍLIA - O relator da [reforma da Previdência](#) , Tasso **Jereissati** (PSDB-CE), rejeitou todas as emendas que o texto recebeu no plenário do **Senado** que poderiam desidratar a proposta. Ao todo, foram apresentadas 78 propostas de modificação dos senadores, considerando uma que foi retirada pelo autor.

O parecer final do relator sobre as emendas apresentadas foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça (**CCJ**), do Senado na noite de quarta-feira.

Tasso fará a leitura do parecer sobre as emendas na sessão da CCJ, nesta quinta-feira. A votação do relatório final na Comissão está prevista para próxima terça-feira pela manhã - o que vai permitir a apreciação da reforma no plenário da Casa no mesmo dia, em primeiro turno.

Para derrubar um dos argumentos de que a proposta terá que retornar à Câmara dos Deputados, Tasso fez uma alteração de redação sobre o ponto que trata da criação de uma alíquota de contribuição mais baixa para os trabalhadores informais. Ele substituiu os termos "os que se encontram em situação de informalidade" para "trabalhadores de baixa renda" na parte do texto que fala da criação de uma alíquota de contribuição mais baixa para esses trabalhadores.

Técnicos do Congresso e parlamentares alertaram que o relator havia feito alterações de mérito, o que extrapolaria o papel do Senado como Casa revisora. Na nova versão do parecer, Tasso argumenta que o ajuste de redação elimina a dúvida de que se trata de um grupo adicional porque já existe um sistema especial de inclusão previdenciária.

Tasso decidiu não rever outro ponto da primeira versão do relatório que deixa dúvidas se a reforma terá que voltar para a Câmara. Trata-se da supressão da expressão "no âmbito da União", o que abriria margem para que estados e municípios criem alíquotas extraordinárias de seus servidores para cobrir o rombo dos regimes próprios de previdência.

Veículo: O Globo	Online
Data: 18/09/2019	Coluna: Economia

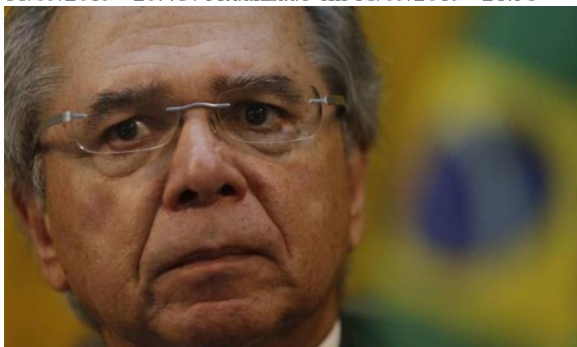


Reforma tributária: Guedes defende conciliação entre propostas da Câmara e do Senado

Ministro diz que vai se reunir com presidentes das duas Casas para discutir o assunto

Manoel Ventura

18/09/2019 - 20:48 / Atualizado em 18/09/2019 - 21:56



Ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Marcelo

Theobald / Agência Globo

PUBLICIDADE

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu nesta quarta-feira o que chamou de conciliação entre as propostas de **reforma tributária**. Ele anunciou que se reunirá com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para falar sobre a criação de uma comissão reunindo integrantes das duas casas.

— Nós vamos ter uma reunião esta semana, Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e eu, e nós vamos conversar sobre isso. A ideia é como que nós vamos conciliar as propostas. Estamos andando com a nossa — disse Guedes.

Câmara e Senado têm propostas diferentes para a reforma no sistema de impostos. No Senado, o relatório foi apresentado nesta quarta-feira. O relatório da proposta da Câmara será apresentado no início de outubro. Enquanto isso, o governo segue sem apresentar um projeto próprio para a

reforma tributária.

Um dos pontos em discussão pela Economia era a criação de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF, para bancar a redução de tributos sobre a folha de pagamento das empresas. O presidente Jair Bolsonaro vetou, porém, a criação desse imposto, que resultou na saída de Marcos Cintra da Receita Federal.

Agora, a equipe econômica tenta encontrar uma alternativa para compensar a redução nos tributos sobre a folha.

— Nossa proposta estava andando. Íamos fazer uma parte conciliatória, com o IVA federal; a outra parte que estávamos analisando era o Imposto de Renda; e finalmente o imposto de transações permitiria que nós deixássemos o encargos trabalhistas. Como isso foi descartado agora, temos que procurar alternativas e nós vamos procurar alternativas — disse Guedes.

Relator da tributária no Senado propõe IBS dual

Roberto Rocha retira proposta de desoneração da folha

Por Renan Truffi e Raphael Di Cunto — De Brasília

19/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Reforma avança no Senado

Proposta de mudanças tributárias do relator

Unificação de impostos

1 Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) federal e "IBS dual"

IBS federal → Unificação do IPI, Cofins, PIS/Pasep, IOF e salário-educação

IBS dual (competência dos Estados e do Distrito Federal) → Fusão do ICMS e ISS

2 Imposto Seletivo (IS)

Instituído com objetivo regulatório, para incidir sobre setores específicos; a ser regulado por lei complementar

3 Desoneração da folha de pagamento

Retira previsão de desoneração da folha salarial, mas mantém um "comando" na legislação que permite essa possibilidade

Período de transição

■ Serão **cinco anos** para unificação de todos os impostos envolvidos na proposta

■ **Dez anos** para equalização das receitas atualmente recebidas

Outros tributos

- **Estende o alcance do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** a embarcações e aviões transfere o produto de sua arrecadação aos municípios
- **Proposta de federalização do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)**, com o produto da arrecadação sendo revertido aos municípios

Fonte: Relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

O relator da reforma tributária no Senado, Roberto Rocha (PSDB-MA), apresentou ontem seu parecer sobre o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, em que prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) dividido em duas modalidades: uma federal e outra sob competência dos estados, numa espécie de "IBS dual".

Além disso, o tucano retira do projeto a previsão de desoneração da folha de pagamento. Ele também veta a incidência do novo tributo sobre movimentação ou transmissão de valores.

A proposta original é de autoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-SP), colega de partido de Roberto Rocha, mas passou por uma série de ajustes. No caso do IBS federal, serão cinco impostos aglutinados, em vez dos sete previstos anteriormente: IPI, Cofins, PIS/Pasep, IOF e salário-educação. Juntos, eles ficarão sob competência da União. A proposta ainda prevê a fusão do ICMS e o ISS, que formarão a versão estadual do tributo. Este último terá alíquotas fixadas por lei complementar, a ser enviada posteriormente.

"Essa dualidade do IBS seria invisível ao contribuinte, que continuaria recolhendo para duas fontes, mas segundo a mesma sistemática (mesma base de incidência e mesmo princípios referentes à não cumulatividade). cremos, com isso, que compatibilizamos a necessidade de uniformização da tributação, mas com garantia de manter a autonomia dos entes federados", escreveu o relator.

Além disso, a proposta prevê que o IBS não poderá incidir sobre "sobre a mera movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira". O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ex-secretário da Receita, Marcos Cintra, demitido do cargo, vinham defendendo a recriação de uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Rocha ainda retirou da proposta a previsão de desoneração da folha salarial, algo que vem sendo discutido pelo governo Bolsonaro. Ainda assim, o tucano manteve um dispositivo na legislação que permite essa possibilidade numa eventual mudança de entendimento. Outro ponto do projeto que foi mantido no texto é a instituição do Imposto Seletivo (IS), que terá uma função mais reguladora e menos de arrecadação. Inicialmente, inclusive, a previsão é que esse imposto iria incidir sobre setores como energia, telecomunicações, veículos e derivados do petróleo e do tabaco, mas o senador optou por não fazer essas determinações já agora.

Como relator, Roberto Rocha aproveitou suas mudanças no projeto original para incluir uma série de benefícios fiscais destinados ao Maranhão, seu estado natal e base eleitoral. O texto prevê, por exemplo, a criação da "Zona de Processamento de Exportações do Maranhão (ZEMA)", que terá incentivos fiscais para as empresas que ali se instalarem, a ser regulamentado em projeto de lei complementar, e poderá existir por 30 anos.

No relatório, o próprio Roberto Rocha defende que as "características naturais" e de "infraestrutura" colocam o Maranhão como "local perfeito" para uma zona especial.

A proposta beneficiaria, principalmente, o Porto de Itaqui, localizado em São Luís, capital do estado. Essa decisão foi malvista por parlamentares que, nos bastidores, veem "politicagem eleitoral" por parte do tucano.

Rocha deseja concorrer ao governo do Maranhão em 2022 e é inimigo político do atual governador Flavio Dino (PCdoB-MA). "É por conta de posições como essas que ele não está conseguindo se firmar como interlocutor da reforma", disse um parlamentar que participa de perto das negociações. "O Senado era a Casa ideal

para fazer essa discussão, que é sobretudo federativa, mas a reforma na Câmara está concentrando mais as atenções", opinou.

A proposta deve ser apreciada em cerca de 15 dias na comissão, enquanto os senadores aguardam a apresentação de um projeto do governo. A última promessa feita é que a proposta da equipe econômica chegará depois da viagem do presidente à Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), prevista para a semana que vem.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou o relatório. "Respeitamos a proposta do IVA-Dual, mas achamos que a proposta dos governadores, de um IVA único, é melhor e mais moderna", disse. O comitê gestor desse IVA, afirmou, será controlado pelos Estados, que são quem têm a maior parcela dessa arrecadação com a incorporação do ICMS ao IVA, que unirá também ISS, IPI, PIS e Cofins. Maia afirmou que, com a adoção da proposta dos governadores, que pela primeira vez uniu São Paulo e o Amazonas em torno de um único texto, os deputados estão agora "num segundo embate", que é a pressão dos setores de comércio e serviços contra mudanças na carga tributária com a adoção do IVA. "Espero que eles sejam tão patriotas na reforma tributária como foram na previdenciária, quando não era afetados", disse.

Maia e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), discutem criar uma comissão mista destinada a unificar as duas propostas em tramitação no Congresso. "Temos que buscar uma forma regimental e tentar construir. O que eu sempre disse para vocês em relação à reforma tributária é: quem tem três reformas não tem nenhuma", justificou Alcolumbre.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: --
Data: 19/09/2019	Página: 07

Tribuna

Reforma tributária deve ser votada na CCJ do Senado em 2 de outubro

AGÊNCIA BRASIL

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório sobre a proposta de reforma tributária (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 110/2019).

Em razão de um pedido de vista, a votação da matéria foi adiada, mas a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS),

adiantou que, no dia 2 de outubro, o texto deverá ser discutido e votado pela CCJ, já com sugestões feitas pelo governo.

O ponto principal prevê a criação do chamado Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que terá as características de um tributo sobre valor adicionado (IVA).

A ideia é substituir nove impostos: sete deles federais (IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins,

Salário-Educação e Cide-Combustíveis), além de um estadual (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS) e um municipal (Imposto Sobre Serviços - ISS).

Segundo o relator, para atender uma demanda da equipe econômica, nesse novo imposto haverá uma alíquota para a União e outra para estados e municípios.

“Fundiríamos os cinco impostos e contribuições so-

ciais de competência da União em um IBS; e o ICMS e o ISS em outro IBS. Este último ainda com alíquotas fixadas por lei complementar”, frisa o relatório.

O texto propõe ainda a criação de um Imposto Seletivo para certos bens e serviços, como energia, telecomunicações e veículos e derivados do petróleo e do tabaco. O prazo para transição entre os sistemas seria de 10 anos.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/09/2019	Coluna: Economia



PAULO GUEDES AFIRMA QUE VENDER TODAS AS ESTATAIS



18 Setembro, 2019

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que quer vender todas as estatais para tentar conter o rombo no orçamento do governo. A declaração foi dada ontem (17), durante participação no IV Fórum Nacional do Comércio, em Brasília. As informações são do Estadão. “O déficit vai ser o melhor possível”, afirmou. “Eu quero zerar o déficit público. E as estatais? Quero vender todas”, disse o ministro.

Ao justificar as razões pelas quais o governo não conseguiu cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas, Guedes criticou gestões anteriores. “Dizem que não zeramos o déficit (no primeiro ano), mas (governos anteriores) ficaram anos esburacando (o Orçamento) e não podemos ter um ano e meio para tentar (reverter o déficit)?”, questionou o ministro, arrancando aplausos da plateia.

Em seguida, Guedes explicou que optou por adotar uma postura conciliatória com Estados e municípios, que também enfrentam dificuldades fiscais, e dividir os recursos que serão obtidos com o megaleilão de petróleo do pré-sal. A ideia, segundo ele, é construir “alianças políticas”. Atualmente, o governo precisa conter despesas para assegurar o cumprimento da meta fiscal de déficit de R\$ 139 bilhões.

Foto: José Cruz/Agência Brasil

REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria))

Com indefinição no governo, Senado dá mais um passo na análise da reforma tributária

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou relatório da proposta à CCJ; votação deve ocorrer em outubro

18.set.2019 às 11h35

Atualizado: 18.set.2019 às 19h03

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/19/>)

Thiago Resende

BRASÍLIA Sem esperar a proposta do governo, o Senado deu mais um passo nesta quarta-feira (18) na análise da reforma tributária

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/bernard-appy-propoe-cortar-tributo-de-salario-mais-alto-e-mais-baixo.shtml>).

O relator do projeto, senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/relator-de-reforma-tributaria-no-senado-nao-descarta-imposto-sobre-pagamento.shtml>), apresentou o voto à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). A votação, no entanto, só deve ocorrer na primeira semana de outubro.

O protagonismo na discussão (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/reforma-tributaria-vira-alvo-de-disputa-de-protagonismo-entre-camara-e-senado.shtml>) da reforma tributária é alvo de disputa entre o Senado e a Câmara, que instalou uma comissão para trabalhar numa proposta de reestruturação de impostos e contribuições.



Senadores Izalci (PSDB-DF), Roberto Rocha (PSDB-MA), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e Weverton (PDT-MA) - Moreira Mariz - 18.jun.2019/Agência Senado

Enquanto isso, o ministro Paulo Guedes (Economia)

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/guedes-volta-a-defender-imposto-sobre-transacoes-financeiras.shtml>

ainda finaliza o formato da reforma tributária a ser defendido pelo governo. Esse processo sofreu um revés na semana passada com a demissão do ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/marcos-cintra-defensor-da-cpmf-deixa-comando-da-receita-federal.shtml>.

Para sair desse imbróglio, Rocha tenta despontar na discussão da reforma e entregou nesta quarta-feira o relatório sobre o tema.

A proposta do Senado cria uma espécie de IVA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/veja-as-principais-propostas-da-reforma-tributaria.shtml>) (imposto sobre o valor agregado), chamado de IBS (imposto sobre operações com bens e serviços). Essa cobrança é uma fusão tributos federais (IPI, Cofins, Pis/Pasep, IOF e o salário-educação). Inicialmente, a ideia era incluir a Cide-Combustíveis na unificação, mas o relator deixou esse tributo de fora.

Outro IBS reúne o ICMS e o ISS, respectivamente de competência dos estados e dos municípios.

As alíquotas serão definidas em projeto de lei posterior a eventual aprovação da reforma tributária. A transição para que o IBS seja implementado é de cinco anos.

Rocha não prevê a criação de um tributo nos moldes da extinta CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-tributaria-na-camara-ja-tem-114-emendas-4-ressuscitam-cpmf.shtml>), que incidia sobre as movimentações financeiras. A insistência nessa ideia, criticada pelo presidente Jair Bolsonaro, desencadeou na exoneração de Cintra.

Ainda em setembro, em meio à disputa pelo protagonismo na reforma, Rocha chegou a declarar que iria prever a criação de uma nova CPMF. Com a queda de Cintra, o senador recuou.

O relator também retirou do texto a ideia de desonerar a folha de pagamentos. Essa medida é defendida pela equipe econômica como forma de incentivar a geração de empregos. Guedes argumenta que a contribuição patronal para a Previdência eleva o custo da mão de obra.

A proposta do Senado mantém benefícios fiscais a micro e pequenas empresas e o tratamento especial para a Zona Franca de Manaus (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-tributaria-dos-estados-reduz-participacao-federal-na-arrecadacao.shtml>).

A PEC (proposta de Emenda à Constituição) prevê ainda a criação de um novo tributo, o IS (imposto seletivo), incidente sobre energia, veículos e derivados do petróleo e do tabaco.

“O objetivo central da PEC redistribuir a carga tributária sem aumentá-la, a fim de preservar a saúde do setor produtivo, mas também sem reduzi-la, em razão do risco para as contas públicas”, disse Rocha.

Para tentar evitar embates regionais, a proposta inclui uma fórmula de repartição das receitas tributárias com coeficientes baseados na divisão observada em 2016.

O texto determina ainda a criação de fundos com o objetivo de reduzir as diferenças da receita per capita. Um fundo terá foco nos estados e outro, nos municípios. Não há, porém, uma definição clara da fonte de recursos para os fundos. Isso deve ser detalhado em lei após eventual aprovação da reforma.

Uma alteração feita por Rocha beneficia sua base eleitoral. Ele defende a criação da Zona de Processamento de Exportações do Maranhão (ZEMA), que funcionaria por 30 anos, daria incentivos fiscais para empresas instaladas na capital do estado e que destinarem a produção ao mercado internacional.

Após a leitura do relatório, a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/numa-democracia-nao-se-governa-por-decreto-diz-senadora-sobre-bolsonaro.shtml>), deu um prazo de 15 dias para que os membros da comissão possam estudar o parecer de Rocha.

Por ser uma PEC, a proposta tem que passar pela CCJ para seguir para o plenário.

No plenário, é necessário o apoio de 49 dos 81 senadores. A votação é feita em dois turnos. Só então, o texto irá para a Câmara.

Mas a Câmara já discute uma proposta de reforma tributária encampada pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/maia-diz-que-fim-de-beneficio-fiscal-pode-compensar-corte-na-tributacao-de-salarios.shtml>) e líderes do centrão – grupo de partidos independentes ao governo e que, juntos, representam a maioria dos deputados.

Para que as mudanças no sistema tributário passem a valer, Câmara e Senado precisam entrar em consenso e aprovar a mesma versão da reforma.

Líderes da Câmara estão incomodados com a tentativa do Senado em assumir a dianteira na tramitação da reestruturação tributária.

Rocha defende que seja criada uma comissão mista – formada por deputados e senadores – para discutir o tema.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que vai conversar com a Câmara sobre a comissão mista.

O Ministério da Economia acredita que essa é uma boa oportunidade para as ideias do governo deslançarem, pois a disputa entre as duas Casa é um dos fatores para o atraso da apresentação da proposta de reforma da equipe econômica.

A indefinição do governo sobre uma proposta própria deixa o cenário ainda mais incerto.

Nesta terça (17), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que o governo deve enviar um projeto de reforma tributária para o Congresso somente na próxima semana diante da possibilidade de Bolsonaro participar da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O ministro não soube informar se a proposta será encaminhada para a Câmara ou para o Senado, mas descartou a ideia de criação de uma nova CPME.

Colaborou **Fábio Pupo**

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19/09/2019	Caderno: Política



Reforma tributária: menos burocracia, mais eficiência

Carlos Jordy*

19 de setembro de 2019 | 07h00

A prorrogação do prazo para entrega de emendas na Comissão Especial da Câmara destinada a emitir parecer sobre a PEC da Reforma Tributária (45/19) demonstra as inúmeras expectativas em torno do tema. O momento é de refletir sobre os reais impactos que a proposta trará em benefício da simplificação e desburocratização do sistema tributário nacional, considerado um dos mais complexos do mundo. É justamente por causa dessa complexidade que nós, deputados, devemos trabalhar por um consenso, transformando essa reforma em um marco de virada em prol do desenvolvimento econômico, gerando mais emprego e renda.

Estamos caminhando para uma mudança que vai impactar centenas de empresas e indústrias espalhadas pelo Brasil afora, das quais empregam milhares de trabalhadores, e geram vultosas receitas para suas regiões de origem. A PEC da Reforma Tributária cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição a cinco impostos federais, estaduais e municipais, proibindo a concessão de incentivos fiscais para estados e municípios por 10 anos. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a falta de incentivos fiscais por tão longo período pode condenar diversas empresas a encerrar atividades em momento de ainda forte crise financeira no estado.

Não podemos prejudicar grandes vetores do nosso desenvolvimento econômico. Por isso, como integrante da comissão especial, apresentei emenda de número 17 propondo alterar as regras para concessões de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, que resultem em carga tributária menor a empresas e indústrias. Objetivo da emenda é para que sejam reguladas por lei complementar à PEC.

O que isso significa? A necessidade de estudar com prudência cada caso e, sem esquecer os princípios fundamentais da Reforma, adotar soluções coerentes que não privilegiem,

mas deem aos estados e municípios condições de sobreviver de maneira saudável às mudanças tão necessárias para o nosso País. Não à toa já estão sendo discutidas e apresentadas medidas para garantir incentivos à Zona Franca de Manaus. Estudos indicam que, se aprovada a regra proposta, o Amazonas perderá, pelo menos, a metade de sua arrecadação do ICMS a partir do 11º ano de implantação da Reforma Tributária. Hoje, o ICMS representa 90% de toda a receita tributária do estado.

Assim como a Zona Franca, que reúne cerca de 600 indústrias, com mais de 500 mil empregos diretos e indiretos, outros vetores econômicos também geram receitas tributárias essenciais para seus estados, dessa forma devem ser analisados com a cautela necessária. O Polo Industrial de Camaçari, na Bahia, é responsável por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia e gera R\$ 1 bilhão por ano em ICMS. Já o Complexo Industrial e Portuário de Pecém, no Ceará, juntos, geram 50 mil empregos diretos e indiretos. Isso sem falar nos danos que a regra, se aprovada, poderia causar ao já combalido estado do Rio de Janeiro, que enfrenta delicado momento fiscal, com expectativa de déficit de R\$ 10,2 bilhões, no fim de 2019.

Outro item da emenda que apresentei na Comissão da Reforma Tributária sugere mudanças no artigo que menciona a criação de um imposto seletivo para desestimular o consumo de bens e serviços que geram “externalidades negativas”, caso de cigarro e bebidas alcoólicas. Como o texto da PEC não estabelece critérios para indicar quais bens e serviços estariam inseridos nesse aspecto negativo, isso daria margem a dúvidas e controvérsias das quais poderiam estimular a criação de novos impostos sobre quaisquer produtos que se queiram inibir e inviabilizar sua circulação.

Nesse sentido, a minha emenda propõe novo texto ao artigo, de forma a definir com clareza os bens e serviços que geram benefícios à população, sobre os quais deverá incidir módica alíquota ou mesmo deva ser zerada, e desestimular bens e serviços que possam vir a ter reflexos negativos na saúde e segurança pública.

Vivemos um momento muito importante na história do nosso país e as mudanças que estão a caminho transformarão de maneira definitiva a vida de milhões de brasileiros. É preciso ter responsabilidade, cautela e respeito por todos os envolvidos. A Reforma

Tributária que estamos construindo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança jurídica dos investimentos e a manutenção dos empregos e da renda dos trabalhadores. Esse é o Brasil que queremos. Esse é o país que os brasileiros merecem.

“Choque de emprego” desonerará folha salarial, mesmo sem “CPMF”

Entre as ideias em estudo está a de ampliar a base de incidência do IOF e alterar a alíquota para suprir o corte na taxaço sobre pagamento de salários

Por **Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto** — De Brasília

19/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



Rogério Marinho: “Deveremos apresentar uma série de medidas no sentido de dar uma dinamizada no mercado de trabalho” — Foto: Silvia Costanti/Valor

Retirada momentaneamente da pauta de discussões da reforma tributária, a desoneração da folha salarial voltou à mesa do ministro da Economia, Paulo Guedes, mesmo após a “morte em combate” do imposto sobre transações financeiras (similar à antiga CPMF). A medida deverá integrar o “choque de emprego” que o governo pretende anunciar em outubro.

A equipe econômica busca alternativas. O **Valor** apurou que uma sugestão, apresentada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, é ampliar a base de incidência do IOF e “calibrar” sua alíquota, de forma que ele possa financiar a desoneração. O tributo já foi utilizado para substituir a CPMF, em 2008.

PUBLICIDADE



Ver novamente

Essa, porém, não é a única fórmula em análise pelo governo. Há outras sugestões como eliminar algumas deduções e isenções do Imposto de Renda.

No discurso que fez na noite de terça-feira na abertura do IV Fórum Nacional do Comércio, Guedes lamentou a morte “em combate” do imposto sobre transações e afirmou que o Brasil “precisa” da desoneração da folha.

“Não estamos com pressa de mostrar déficit zero”, afirmou o ministro, após falar em corte nos custos trabalhistas. “Se a economia crescer um pouco mais em vez de apertarmos excessivamente, se eu tenho certeza de que vai pegar...” Acrescentou que o ajuste fiscal será feito pelo corte de gastos.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, tampouco avançou em detalhes sobre o financiamento da desoneração, ao participar ontem do mesmo evento do setor comercial. Questionado, disse que o governo precisará ser muito criativo para achar uma solução.

A desoneração da folha não é o único componente do programa de empregos. “Deveremos apresentar uma série de medidas no sentido de dar uma dinamizada no mercado de trabalho”, afirmou. Estão em análise medidas nas áreas de qualificação de mão de obra, microcrédito e mediação no mercado de trabalho.

O “choque de emprego” não conterà nenhuma medida “artificial” para gerar postos de trabalho, afirmou o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa, que também participou ontem do fórum. “O que gera emprego são empresas saudáveis, com perspectiva de crescimento.”

Costa informou que está em formulação um grande programa de qualificação profissional. Outra linha prioritária é elevar a produtividade das micro e pequenas empresas brasileiras, que hoje é muito baixa: 10%.

Fora do “choque de emprego”, o Ministério da Economia vem trabalhando em medidas que reduzem os custos de operação das empresas, disse Marinho. Ele citou como exemplo a revogação ou simplificação de Normas Regulamentadoras (NRs), que tratam da saúde e segurança dos trabalhadores. Das 35 que estão em

vigor, sete já foram eliminadas ou reduzidas, com corte estimado de R\$ 15,5 bilhões ao ano para as empresas.

A revogação de uma delas, que determinava a elaboração de planos de segurança de trabalho, permitirá economia de R\$ 2,5 bilhões ao ano. Outra NR, de número 12, obrigava a adaptação de equipamentos importados, com custos adicionais de 30% a 40% para a adaptação. A economia estimada é de R\$ 60 bilhões em dez anos.

Adaptações na NR 13, que trata de embargos e interdições, proporcionarão economia de R\$ 7 bilhões ao ano.

As NRs dão base a 6.970 diferentes tipos de multas. Um banheiro de lanchonete pode ser multado de 40 maneiras diferentes. Há regras que tratam desde a temperatura da água até a posição da papeleira.

Além da revogação e adaptação das Normas Regulamentadoras (NRs), sua agenda prevê a revisão de normas que tratam de insalubridade, trabalho a céu aberto, trabalho agrícola e cotas.

Em relação às cotas, o secretário esclareceu que não é intenção do governo reduzi-las. No entanto, observou, vagas criadas para cumprir cotas muitas vezes não são preenchidas. Ele disse que poderá haver requalificação dos trabalhadores para que possam ocupar essas vagas. E também formas alternativas para empresas cumprirem as cotas.

O secretário disse que estão em andamento análises de quatro grupos temáticos de trabalho.

Um trata da convergência entre as normas da Previdência e do trabalho. Outro analisa a consolidação da legislação. Um terceiro proporá medidas para adaptar normas, trabalhadores e empresas para o mercado de trabalho que haverá daqui a 15 anos. "A Amazon é só a ponta do iceberg", disse. "Ou nos adaptamos, ou seremos tragados."

O quarto grupo tratará da reforma sindical. A legislação atual, que existe há 70 anos, foi inspirada no fascismo em seu enfrentamento ao comunismo, disse Marinho. "Estabeleceu uma relação espúria entre o Estado e o sindicalismo", afirmou.

Deputados devem votar proposta que limita auditores

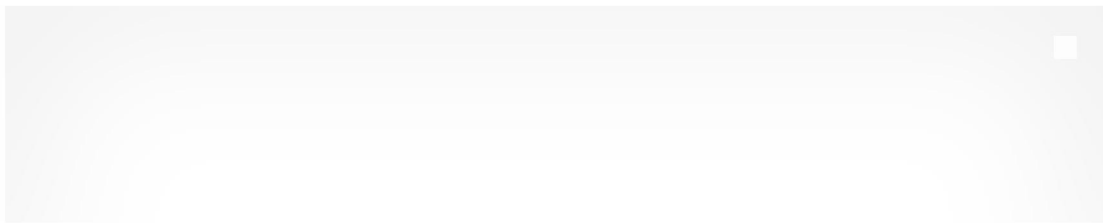
Proposta inicial do relator alterava funcionamento do Carf

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

19/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que o fim do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sairá do projeto que proíbe os auditores da Receita Federal de compartilharem, sem autorização judicial, suspeitas de crimes não-tributários com o Ministério Público e polícia. O voto de qualidade é proferido pelo presidente do Conselho, nos casos de empate.

“Nosso acordo é não tratar do Carf agora, só da emenda dos auditores que estava na MP [medida provisória] da reforma administrativa e saiu para ser tratada separadamente”, disse Maia. A proposta estava na pauta da Câmara de ontem, mas não tinha sido analisada até o fechamento desta edição e provavelmente só será votada na próxima semana.



O projeto determina que auditores que repassarem para os órgãos de investigação informações sobre supostos crimes que não forem tributários ou aduaneiros serão punidos criminal e civilmente. Se o auditor encontrar indícios de outros tipos de crime, terão que avisar ao secretário da Receita (um cargo político), que mandará uma comissão avaliar a denúncia e, se houver fundamentos, repassar - com autorização judicial - para o MP.

Maia rebateu a acusação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Sindifisco), de que o projeto deixaria impune a corrupção, afirmando que a entidade visa interesses próprios. "O Sindifisco é corporativo. As corporações quebraram o Brasil porque os servidores públicos recebem 67% mais do que os salários da iniciativa privada", disse.

O texto elaborado pelo líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira (AL), acabava também com o voto de qualidade. Pela proposta, em caso de empate seria adotada a tese mais favorável ao contribuinte. O pepista disse, porém, que houve acordo para excluir esse ponto.

Apesar da discussão ficar de fora do projeto, Maia informou que discute com o governo modificar o Carf e toda a estrutura da Receita. "Hoje a Receita é um superpoder que faz todo o procedimento: ela faz a norma, arrecada, fiscaliza e julga. O contribuinte está sendo prejudicado de forma permanente por essa estrutura que concentra tanto poder numa só corporação", disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

SILENT SNORE

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos

Fim da indexação do piso salarial afetaria mais Norte e Nordeste

Além da parcela da população que recebe o mínimo como rendimento do trabalho, outros 19,5 milhões de brasileiros recebiam em 2017 aposentadorias ou benefícios assistenciais no valor do piso previdenciário

Por Thais Carrança — De São Paulo

19/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



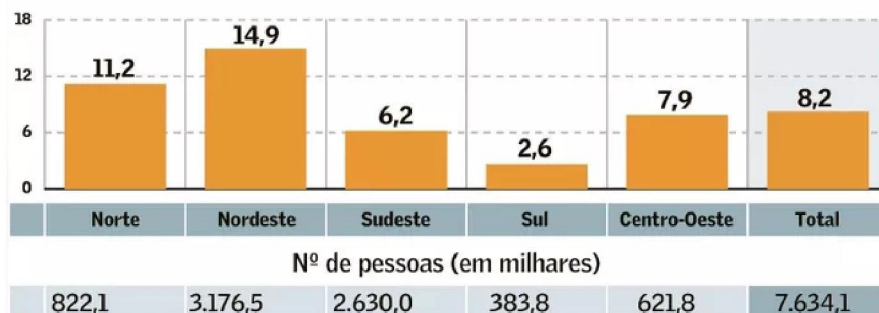
Com uma maior proporção de trabalhadores que ganham um salário mínimo, as regiões Nordeste e Norte podem ser as mais afetadas por uma eventual decisão de se deixar de corrigir o salário de referência pela inflação. Por setores da atividade, trabalhadores domésticos, servidores públicos municipais e funcionários do varejo seriam os mais prejudicados. Os dados ajudam a explicar a resistência do Congresso à desindexação do piso salarial.

Especialistas em mercado de trabalho têm opiniões distintas sobre os efeitos da medida. Para as contas públicas, a desindexação teria vantagem inegável, ao reduzir despesas com aposentadorias e benefícios assistenciais que têm o mínimo como referência. Já para os trabalhadores que recebem o piso, haveria perda do poder de compra, resultando em possível piora de indicadores de desigualdade. Por outro lado, um mínimo menor poderia servir de incentivo à formalização, acreditam alguns analistas.

Mínimo em pauta

Piso tem maior peso entre ocupados do Nordeste e Norte

■ Parcela da população ocupada que ganha um salário mínimo
% da pop. ocupada



Fontes: Pnad Contínua/IBGE, Dataprev

19,5 milhões
de pessoas recebiam
aposentadorias ou
benefícios assistenciais
no valor do mínimo
em 2017

Segundo levantamento da consultoria iDados, com base em dados do IBGE, ao menos 7,6 milhões de trabalhadores recebiam rendimento na ocupação principal equivalente a um salário mínimo no segundo trimestre deste ano, ou 8,2% da população ocupada (93,3 milhões). No Nordeste, esse percentual chega a 14,9% dos

ocupados, ou 3,2 milhões. No Norte, 11,2% dos ocupados recebem o mínimo (822 mil), e, no Sudeste, são 2,6 milhões de pessoas.

Por setores da atividade, 13,4% dos ocupados em serviços domésticos recebem o mínimo, ou 845 mil pessoas. Na administração pública, 1,8 milhão de trabalhadores recebem o salário de referência (10,7% dos ocupados nesse setor), principalmente no funcionalismo municipal. Já no comércio é 1,7 milhão, e, na indústria, outros 855 mil trabalhadores.

Além da parcela da população que recebe o mínimo como rendimento do trabalho, outros 19,5 milhões de brasileiros recebiam em 2017 aposentadorias ou benefícios assistenciais no valor do piso previdenciário, segundo dados da Secretaria de Previdência.

Para Bruno Ottoni, pesquisador da iDados, a baixa qualificação explica o maior percentual de trabalhadores que recebem o mínimo nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, no Sudeste, os pisos estaduais costumam ser mais elevados do que o mínimo nacional, o que reduz na região a parcela de trabalhadores que recebem o valor de referência geral. O mínimo paulista, por exemplo, é de R\$ 1.163,55 em 2019, acima dos R\$ 998 do piso nacional.

Otoni avalia, porém, que não é possível dizer se o efeito líquido de uma eventual desindexação do salário de referência seria aprofundar as desigualdades regionais. “Obviamente, para o indivíduo que ganha o mínimo, vai ser ruim, ele vai perder poder de compra, mas pode ajudar pessoas que estão fora do mercado de trabalho ou que foram obrigadas a ir para a informalidade por causa do mínimo valorizado”, pondera.

José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é mais enfático. “Quanto mais crescer o salário mínimo, tudo mais constante, você tem a tendência de ter menos gente disposta a arcar com aquele custo. Isto é, em linhas gerais, você tem mais informalidade e menos emprego”, disse ontem, em coletiva (*ver reportagem **Maior parte das vagas formais geradas até julho tem renda de um a dois mínimos***). Assim, eventual congelamento do mínimo pode contribuir para a geração de empregos formais no país, na visão do pesquisador.

Já João Saboia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avalia que desindexar o mínimo seria um retrocesso. Segundo ele, a regra de reajuste do piso pela inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes teve efeito muito positivo para o mercado de trabalho. “Houve uma melhoria sensível na distribuição da renda”, destaca.

Conforme Saboia, o argumento de que o mínimo teria o efeito de dificultar a contratação ou a formalização é falso, uma vez que o país passou por um período longo de valorização do mínimo com baixo desemprego. “O objetivo da desindexação não tem nada a ver com o mercado de trabalho, tem muito mais relação com a Previdência e as contas públicas.”

“O mercado de trabalho vai se recuperar no momento em que a economia voltar a crescer com firmeza”, avalia Saboia. “O baixo crescimento atual não incentiva a contratação, nem pelo mínimo nem por outro salário. A dificuldade de formalização hoje é o comportamento da economia.”

A desindexação permanente do salário mínimo é um desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas é considerada impopular por parlamentares e de improvável execução. A possibilidade de suspensão temporária da indexação, por período de dois anos, tem sido estudada como parte de proposta de emenda constitucional (PEC 438/2018) que estabelece medidas de ajuste que poderão ser acionadas pelo governo para cumprimento da chamada “regra de ouro”.

(Colaborou Bruno Villas Bôas, do Rio)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

SILENT SNORE

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos

SLEEP FREE

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A10 32GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.2"...



Por Pedro Ferreira e Renato Fragelli

Pedro Cavalcanti Ferreira é Ph.D pela Universidade da Pensilvânia e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Ri

Flexibilizar o teto?

A fixação do teto de gastos não foi a política desejada, mas sim a possível

19/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

O atual movimento pela flexibilização da emenda constitucional 95, conhecida pela alcunha de Teto de Gastos, é apenas a mais nova versão das velhas tentativas de crescer sem corrigir o que está estruturalmente errado. A última delas foi o “furacão” Dilma Rousseff que culminou no colapso econômico do biênio 2015-16.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, o Brasil optou democraticamente por tornar-se prisioneiro da armadilha da renda média. Este é o fenômeno observado em países cujo processo político, no intuito de promover a melhoria da distribuição de renda sem enfrentar problemas estruturais, eleva sobremaneira a tributação incidente sobre os setores econômicos mais dinâmicos, solapando-lhes o dinamismo. O resultado é uma sociedade menos desigual, mas estagnada.

O Brasil é hoje uma Grécia que deve optar entre aprofundar o ajuste fiscal sempre adiado, ou continuar no auto-engano

A Constituição criou inúmeras despesas, sem que houvesse receita suficiente para financiá-las. Até 1994, a conta foi paga com imposto inflacionário. Após o Plano Real, o crescimento contínuo dos gastos primários foi financiado por aumento da dívida pública. Em 1999, a percepção de que a dívida estava se tornando impagável

produziu uma brutal fuga de capitais que provocou uma maxi desvalorização de 50%. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, promoveu-se um ajuste, mas este foi implantado via aumento da carga tributária, enquanto a despesa primária continuou a crescer em torno de 6% ao ano acima da inflação.

Entre 1994 e 2019, a carga fiscal saltou de 25% do PIB para 33%. Além de altíssima para um país emergente, a tributação é extremamente complexa, gerando enormes custos administrativos e incertezas jurídicas para empregadores. Quem hoje abre um negócio e emprega trabalhadores é quase um inconsequente aventureiro, pois tende a deixar seu lucro nos cofres do governo, caso haja lucro. A economia não cresce, pois investir tornou-se mal negócio. Todo mundo quer emprego, mas ninguém quer empregar. Essa é a dura realidade nacional criada pela elevada e complexa tributação.

Nos anos de 2015 e 2016, o PIB caiu 7% derrubando junto a arrecadação. No entanto, a regra de correção do salário mínimo, que soma a inflação do ano ao crescimento do PIB do ano anterior, desconsidera crescimentos negativos do PIB, o que levou à correção de seu valor pela inflação integral. Sendo o salário mínimo o indexador de dois terços dos benefícios previdenciários, a despesa permaneceu inalterada em termos reais enquanto a receita caía, elevando o déficit primário.

Algo precisava ser feito para se deter o crescimento das despesas. O Teto dos Gastos foi o instrumento criado em 2016 para convencer os mercados quanto à determinação do país em conter o avanço das despesas primárias. Se hoje a taxa de juros encontra-se no seu menor valor histórico, o Teto de Gastos é parte relevante da explicação.

Sua concepção foi muito lógica. Num país onde a arrecadação federal gira em torno de 20% do PIB, o resultado primário em 2016 beirava um déficit de 2,5% do PIB.

Para que a relação dívida/PIB parasse de crescer, era preciso inverter o sinal do resultado primário, transformando-o num superávit de 2,5% do PIB. Como isso exigiria um ajuste fiscal cavalgar de 5% do PIB, optou-se por um ajuste gradual. Sob as hipóteses de que, após a implantação de reformas econômicas factíveis politicamente, a economia passaria a crescer 2,5% ao ano; e de que a carga tributária permaneceria inalterada, previa-se que as receitas cresceriam anualmente 0,5% do PIB ($= 2,5\% \times 0,2$). Sendo assim, mantendo-se fixas as despesas em valores reais, ao longo de 10 anos o resultado primário subiria gradualmente de um déficit de 2,5% do PIB para um superávit de 2,5%. A fixação do Teto não foi a política desejada, mas sim a possível.

O Teto de Gastos foi uma medida destinada a criar um impasse: a despesa precisava parar de crescer, de alguma forma. Caberia aos parlamentares decidir como isso ocorreria. Nada mais democrático. A vinculação de despesas incrustada na Constituição representa atualmente cerca de 91% do orçamento federal. Os parlamentares só deliberam sobre 9%. Eles se tornaram meros carimbadores impotentes das decisões tomadas em 1988.

O texto da emenda constitucional 95 prevê que, após o Teto ser atingido, entram automaticamente em ação instrumentos para conter o aumento de despesas, tais como a suspensão de contratação de servidores ou correção de salários. Em média, os servidores federais ganham hoje significativamente mais do que profissionais com a mesma qualificação recebem no setor privado.

Um congelamento de salários nominais por alguns anos poderia alinhar os salários pagos pelo governo federal à realidade do verdadeiro Brasil. Outro canal potencial para cortes seria limitar a correção do Salário Mínimo à inflação, sem aumento real. É preciso definir politicamente como a despesa vai parar de crescer. A alternativa

seria uma nova rodada de elevação da carga tributária que perpetuaria a estagnação. Ou a acomodação monetária que sancionaria a volta da inflação.

O país está chegando ao impasse previsto pelo Teto de Gastos. Este ainda não foi atingido devido aos cortes de investimentos adotados para se cumprir a meta de resultado primário, o que já está gerando um colapso da infraestrutura pública. O Brasil é hoje uma Grécia que deve optar entre aprofundar o ajuste fiscal sempre adiado, ou continuar no auto-engano que prolonga eternamente seu calvário de estagnação econômica. Precisa escolher entre os caminhos trilhados por dois países irmãos: Portugal e Argentina. Os lusitanos fizeram um duro ajuste fiscal e hoje colhem seus frutos, com a retomada da economia. Os portenhos optaram pelo imediatismo e hoje chafurdam na estagflação. O Brasil precisa escolher que país pretende ser no futuro.

**Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV
Crescimento e Desenvolvimento**

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

SILENT SNORE

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos

SLEEP FREE

LINK PATROCINADO

perfume colonia luna tradicional

R\$ 55,99 - AMERICANAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

3 pares de sapato social mais carteira, por apenas R\$199,90. Venha conferir

CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Vinicius Torres Freire (/colunas/viniustorres/)

vinit@uol.com.br (mailto:vinit@uol.com.br)



Juros podem ir abaixo de 5% e mudar debate da política econômica

Banco Central indica que taxa de juros pode ficar abaixo de 5% no início de 2020

18.set.2019 às 21h23

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/19/>)

A taxa básica de juros pode ir abaixo de 5% ao ano em 2020

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/copom-reduz-taxa-basica-de-juros-para-550-ao-ano.shtml>), indicou o Banco Central. Na prática, a taxa real de juros cairia para menos de 1%. Que tal quase zero?

E daí? As implicações são várias mas, para começar, uma taxa assim baixa terá influência nos debates sobre o teto de gastos e o déficit do governo federal (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/em-meio-a-cortes-orcamento-destina-r-47-bi-de-vantagens-para-militares.shtml>).

Em resumo, deve esquentar a discussão sobre a possibilidade de o governo gastar mais a fim de “estimular a economia”, tanto faz se amemos ou detestemos essa hipótese. Com taxas de juros menores (zero?), o custo de algum endividamento extra do governo cai, embora o aumento da dívida tenda, em tese, a pressionar a taxa de juros para cima.

O Banco Central jamais é tão explícito quanto as primeiras palavras deste texto, mas foi eloquente no comunicado em que divulgou a redução da Selic de 6% para 5,5%, nesta quarta-feira (18).

Está lá escrito: “O cenário híbrido com taxa de câmbio constante e trajetória de juros da pesquisa Focus implica inflação em torno de 3,4%

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/bc-ve-inflacao-menor-mesmo-com-dolar-em-r-410-e-economistas-projetam-selic-a-45.shtml>) para 2019 e 3,8% para 2020”. Quer dizer, com Selic a 5% e dólar a R\$ 4,05 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/dolar-fecha-acima-de-r-410-apos-corte-de-juros-nos-eua.shtml>) até o final do ano que vem, a inflação ficaria abaixo da meta.

Logo, sem outros abalos e frustrações das expectativas do BC para o Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/bc-ve-inflacao-menor-mesmo-com-dolar-em-r-410-e-economistas-projetam-selic-a-45.shtml>) e o mundo, a Selic pode ir a menos de 5%. Falando português claro, quais são essas expectativas (o contexto em que a inflação e juros poderiam continuar em baixa)?

Primeiro, o país deve continuar crescendo pouco

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/mercado-corta-projecao-de-pib-para-2020-e-reduz-a-da-inflacao-em-2019.shtml>), menos de 1% neste ano e no máximo 2% em 2020, com as consequências sabidas: desemprego alto e salário médio real contido ou estagnado, como agora.

Segundo, deve haver “continuidade das reformas” e “perseverança nos ajustes”. Nesse ponto, o BC é vago quanto a meios (quais reformas?), embora os fins sejam óbvios: controle duradouro de déficit e dívida, pelo menos.

Aqui, chega a hora de a onça beber água para quem prega a revisão do teto de gastos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/revisao-do-teto-de-gastos-nao-garante-retomada-de-investimentos-dizem-economistas.shtml>). Qualquer revisão do teto seria um problema, para o BC e os donos do dinheiro grosso, credores do governo? Uma revisão do teto com um novo regime fiscal, com gastos reduzidos e estáveis com servidores, por exemplo, e reforma da Previdência, passa no teste da “perseverança nos ajustes”?

Terceiro: não haver tumulto na economia mundial

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/ataque-a-instalacao-saudita-expoe-calcanhar-de-aquiles-da-economia->

[mundial.shtml](#)). Até agora, na opinião do BC, juros em baixa nas economias maiores do planeta são favoráveis (se não vier recessão).

Apesar de reiterar que um fracasso nas reformas ou crise lá fora seriam um problema, óbvio, o texto do BC dá mais ênfase à discussão de cenários de inflação favoráveis e, assim, de possibilidades novas de redução da taxa de juros.

Antes tarde do que nunca, pois ao final deste 2019 a taxa de inflação terá ficado abaixo da meta por três anos, isto em um país em depressão. Não é responsabilidade desta diretoria do BC, que assumiu neste ano, mas convém ressaltar a extravagância, para não dizer arrocho monetário.

Uma Selic menor (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/mesmo-com-selic-a-55-poupanca-continua-mais-vantajosa-que-fundos-de-renda-fixa-no-curto-prazo.shtml>) terá efeitos marginais nas taxas de juros de financiamentos bancários. Mas reduz o custo de levantar dinheiro no mercado de capitais, para empresas. Além do mais, vai dar o que pensar ao poupador comum, que vai ver muitas de suas aplicações seguras de renda fixa minguarem para nada ou menos do que isso, em termos reais.

Enfim, Selic menor necessariamente não estimula o investimento. Mas tira um dos bodes mortos da sala e, no mínimo, ajuda a controlar a dívida, dezenas de bilhões que economistas padrão dão de barato.

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](#) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!